

# OTP S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
acompanhadas do relatório do auditor independente  
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263HX-034-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	5
<b>Demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>	<b>9</b>
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em <b>31</b> de dezembro de <b>2025</b>	<b>15</b>

## OTP S.A.

### Relatório da Administração

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em **31** de dezembro de **2025**

#### Mensagem da Administração

A Administração da OTP S.A. reafirma seu compromisso com a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, pautando sua atuação pelo cumprimento rigoroso das obrigações assumidas com credores, fornecedores e demais stakeholders, sempre em defesa dos interesses dos acionistas.

Ao longo de **2024**, buscando uma solução definitiva para o equacionamento das dívidas corporativas da Companhia e suas controladas, a Administração firmou um acordo para reestruturação, evitando a declaração de vencimento antecipado, a execução de garantias e a cobrança judicial das dívidas.

Como parte da reestruturação, em **2025**, a Administração iniciou a implementação do processo de reestruturação. Durante esse período, os acionistas da Companhia, FI-FGTS e BNDESPAR ("Minoritários"), realizaram uma oferta pública para alienação da totalidade das ações detidas na OTP. Nesse contexto, a Companhia adquiriu as referidas ações, mantendo-as em tesouraria. Com isso, a Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial passou a ser a única acionista da Companhia.

A Administração também atuou de forma diligente na gestão de ativos e na mitigação de riscos em suas controladas e investidas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. – Em Recuperação Judicial ("Supervia") - após enfrentar dificuldades financeiras que levaram a um pedido de Recuperação Judicial, a SuperVia formalizou, em novembro de **2024**, um Acordo com o Estado do Rio de Janeiro de modo a viabilizar a continuidade do serviço de transporte ferroviário e encerrou litígios relevantes. Atualmente, a Supervia está em fase de transição do serviço para um novo operador, processo que deve ser concluído no primeiro semestre de **2026**.

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO") - Diante do não cumprimento de condições contratuais por parte do Poder Concedente, a Administração iniciou os trâmites para a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) do VLT de Goiânia, notificando a outra parte em maio de **2024**. A Companhia aguarda um posicionamento formal sobre o tema.

Agrovía do Nordeste S.A. ("AGNE") - A Administração segue empenhada na conclusão do processo de rescisão (encerramento) do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro de Suape (PE), junto ao Ministério dos Portos e Aeroportos.

#### Rentabilidade

O resultado consolidado negativo de **R\$ 254.390** mil decorre principalmente do resultado financeiro negativo de **R\$ 211.864** mil e das despesas gerais e administrativas, no montante de **R\$ 22.802** mil.

O EBITDA da Companhia e suas controladas foi negativo de **R\$ 21,5** milhões, representando uma piora de **R\$ 7,2** milhões, quando comparado ao ano de **2024** (**R\$ 14,3** milhões). Essa redução está relacionada ao aumento das despesas gerais e administrativas, em especial **R\$ 3,9** milhões de gastos com pessoas e aumento com gastos com serviços de terceiros, no montante de **R\$ 2,9** milhões.

O resultado financeiro teve uma piora de **161,3%** quando comparado a **2024**, sendo:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2025	2024	Var. (%)
Receitas Financeiras	21.675	90.960	(76,2%)
Despesas Financeiras	(233.539)	(172.030)	35,8%
Resultado Financeiro Líquido	(211.864)	(81.070)	(161,3%)

As receitas financeiras de **2024** foram impulsionadas pelo registro da variação das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações, no montante de R\$ **71,0** milhões. Já o aumento nas despesas financeiras em **2025** decorre principalmente da apropriação de juros sobre as dívidas corporativas que foram afetadas pela variação do CDI (em **2025**, o CDI acumulado ao longo dos **12** meses foi de **14,33%**, enquanto o de **2024** foi de **10,88%**).

### Governança Corporativa

A Governança Corporativa (“Governança”) da OTP sempre seguiu as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo a confiança e o relacionamento da Companhia com seus principais stakeholders. A estrutura da Governança, até novembro de **2025**, estava dividida em: (i) Assembleia Geral e Conselho de Administração, que possuía característica deliberativa; e (ii) Diretoria, com característica executiva.

Em virtude dos avanços na implementação do processo de reestruturação e da alienação da totalidade das ações detidas pelos Minoritários, em novembro de **2025** foi aprovada a extinção do Conselho de Administração da Companhia. Assim, a estrutura de Governança Corporativa passou a ser composta por: (i) Assembleia Geral, enquanto órgão deliberativo; e (ii) Diretoria, com função executiva.

### Compliance

A OTP, desde a finalização do processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras em **2020** e do direcionamento estratégico definido por seus Acionistas, em **2017**, no sentido de desmobilização das suas operações, os serviços terceirizados de Linha de Ética e Análise Reputacional, via Plataforma Digital, foram integrados às ferramentas existentes de sua acionista controladora.

### Pessoas

O Grupo encerrou o exercício com um efetivo de colaboradores. Esse número reflete a proximidade de conclusão do processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo, desde **2017**, de forma planejada, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos nesta reta final da Companhia.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Administradores da  
**OTP S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OTP S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que indica que a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2025: **i)** passivo circulante superior ao ativo circulante, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 1.339.881 mil e R\$ 1.311.367 mil, respectivamente; **ii)** prejuízo no exercício, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 253.550 mil e R\$ 254.390 mil, respectivamente; **iii)** patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 1.273.438 mil (individual e consolidado); e **iv)** caixa líquido aplicado nas atividades operacionais nos montantes de R\$ 50.305 mil e R\$ 87.403 mil, individual e consolidado, respectivamente. Os planos e ações em andamento, pela administração, para o reestabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, sua posição patrimonial e a necessária geração de caixa estão descritos na Nota 1. Esses fatores indicaram a existência de incerteza relevante que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted  
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

# OTP S.A. e suas controladas

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	27.632	156.109	59.124	211.187
Tributos a recuperar	7.845	6.253	20.639	13.440
Dividendos a receber			6.443	
Outras contas a receber com partes relacionadas	12.845	3.432	1.593	1.912
Outros ativos	238	185	55.139	647
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>48.560</b>	<b>165.979</b>	<b>142.938</b>	<b>227.186</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Títulos e valores mobiliários				183.049
Partes relacionadas	7.477	6.217		
Outros ativos			8.966	8.966
	<b>7.477</b>	<b>6.217</b>	<b>8.966</b>	<b>192.015</b>
Investimentos	174.480	275.542	104.057	4.349
Imobilizado	6.458	7.745	6.458	64.000
	<b>180.938</b>	<b>283.287</b>	<b>110.515</b>	<b>68.349</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>188.415</b>	<b>289.504</b>	<b>119.481</b>	<b>260.364</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>236.975</b>	<b>455.483</b>	<b>262.419</b>	<b>487.550</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# OTP S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e passivo a descoberto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.337.081	1.297.635	1.427.388	1.384.573
Fornecedores	1.669	1.692	2.267	2.073
Obrigações sociais e trabalhistas	5.345	4.541	5.355	4.580
Impostos, taxas e contribuições sociais	40	92	11.251	6.103
Arrendamento mercantil operacional	1.616	675	1.616	675
Outros passivos	6.325	6.411	6.428	8.337
Partes relacionadas	36.365	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.388.441</b>	<b>1.311.046</b>	<b>1.454.305</b>	<b>1.406.341</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Arrendamento mercantil operacional	15.958	15.768	15.958	15.768
Partes relacionadas	55.111	108.086	63.929	78.136
Provisão para perdas em investimentos	50.636	35.412	-	-
Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	267	979	286	998
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>121.972</b>	<b>160.245</b>	<b>80.173</b>	<b>94.902</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.510.413</b>	<b>1.471.291</b>	<b>1.534.478</b>	<b>1.501.243</b>
<b>Passivo a descoberto</b>				
Capital social	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reserva de capital	621.483	621.483	621.483	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial	27.964	28.044	27.964	28.044
Ações em Tesouraria	(4.000)	-	(4.000)	-
Prejuízos acumulados	(3.529.598)	(3.276.048)	(3.529.598)	(3.276.048)
<b>Total do passivo a descoberto</b>	<b>(1.273.438)</b>	<b>(1.015.808)</b>	<b>(1.273.438)</b>	<b>(1.015.808)</b>
Participação dos acionistas não controladores			(874)	510
Participação dos acionistas não controladores nas operações descontinuadas			2.253	1.605
<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>	<b>236.975</b>	<b>455.483</b>	<b>262.419</b>	<b>487.550</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# OTP S.A. e suas controladas

## Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas operacionais</b>				
Resultado de participações societárias	(10.563)	60.661		
Gerais e administrativas	(15.205)	(11.880)	(22.802)	(16.062)
Outras receitas e despesas, líquidas	10	197	58	466
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>	<b>(25.758)</b>	<b>48.978</b>	<b>(22.744)</b>	<b>(15.596)</b>
Resultado de participações societárias			6.636	(4.806)
Resultado financeiro, líquido	(211.510)	(154.095)	(211.864)	(81.070)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(237.268)</b>	<b>(105.117)</b>	<b>(227.972)</b>	<b>(101.472)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente			(10.223)	(4.418)
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>(237.268)</b>	<b>(105.117)</b>	<b>(238.195)</b>	<b>(105.890)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Participação dos atuais controladores e não controladores nas operações descontinuadas	(16.282)	(3.241)	(16.195)	(3.078)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(253.550)</b>	<b>(108.358)</b>	<b>(254.390)</b>	<b>(108.967)</b>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia			(253.550)	(108.358)
Participação dos não controladores			(116)	(20)
Participação dos não controladores nas operações descontinuadas			(724)	(589)
<b>Prejuízo do período</b>			<b>(254.390)</b>	<b>(108.967)</b>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do período (expresso em R\$)	(1,18)	(0,50)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# OTP S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do semestre</b>	<b>(253.550)</b>	<b>(108.358)</b>	<b>(254.390)</b>	<b>(108.967)</b>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia	(253.550)	(108.358)	(253.550)	(108.358)
Participação dos não controladores			(840)	(609)
	<b>(253.550)</b>	<b>(108.358)</b>	<b>(254.390)</b>	<b>(108.967)</b>
<b>Total do resultado abrangente do semestre atribuível aos acionistas da Companhia</b>				
Operações continuadas	(237.268)	(105.117)	(238.195)	(105.890)
Operações descontinuadas	(16.282)	(3.241)	(16.195)	(3.077)
<b>Resultado abrangente do semestre</b>	<b>(253.550)</b>	<b>(108.358)</b>	<b>(254.390)</b>	<b>(108.967)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## OTP S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora							Total do passivo a descoberto
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	
<b>Saldos em 1o de janeiro de 2024</b>	1.610.713	621.483	31.513		(3.167.690)	(903.981)	8.082	(895.899)
Prejuízo do período					(108.358)	(108.358)	(609)	(108.967)
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>					(108.358)	(108.358)	(609)	(108.967)
Ganho e perda na variação de participação de investidas			(3.469)			(3.469)	3.469	
Aumento de capital em controladas realizado por não controladores							2.992	2.992
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores							(11.819)	(11.819)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	1.610.713	621.483	28.044	-	(3.276.048)	(1.015.808)	2.115	(1.013.693)
Prejuízo do exercício					(253.550)	(253.550)	(840)	(254.390)
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>					(253.550)	(253.550)	(840)	(254.390)
Ações em Tesouraria				(4.000)		(4.000)		(4.000)
Ganho e perda na variação de participação de investidas			(80)			(80)	104	24
<b>Saldos em 31 de setembro de 2025</b>	1.610.713	621.483	27.964	(4.000)	(3.529.598)	(1.273.438)	1.379	(1.272.059)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# OTP S.A. e suas controladas

## Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(237.268)	(105.117)	(227.972)	(101.472)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas</b>	(16.282)	(3.241)	(16.195)	(3.077)
<b>Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas</b>				
Resultado de participações societárias	10.563	(60.661)	(6.636)	4.806
Depreciação e amortização	1.284	1.284	1.284	1.294
Baixa de ativo imobilizado e intangível				36
Ajuste a valor presente	1.865	1.748	1.865	1.748
Juros e variações monetárias, líquidos	226.128	167.238	227.191	168.163
Provisão (reversão) para contingências	(713)	(460)	(713)	(487)
Ajuste a valor justo				(70.648)
Outros			(486)	4
<b>Total dos ajustes</b>	<b>239.127</b>	<b>109.149</b>	<b>222.505</b>	<b>104.916</b>
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) nas operações descontinuadas	16.282	18.332	15.217	17.470
<b>Lucro ajustado das operações descontinuadas</b>		<b>15.091</b>	<b>(978)</b>	<b>14.393</b>
<b>Variações dos ativos e passivos</b>				
Tributos a recuperar	(1.592)	(628)	3.039	(1.098)
Outras contas a receber partes relacionadas				
Partes relacionadas	(34.144)		(36.579)	
Outros ativos	(53)	57	12	66
Fornecedores	(23)	20	171	(503)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	753	1.492	(4.135)	1.048
Outros passivos	(36)	35	(77)	75
<b>Total das variações</b>	<b>(35.095)</b>	<b>976</b>	<b>(37.569)</b>	<b>(412)</b>
Pagamento de juros e encargos financeiros	(17.069)		(40.084)	
Imposto de renda e contribuição social pagos			(4.283)	(109)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(50.305)</b>	<b>5.008</b>	<b>(87.403)</b>	<b>2.923</b>
Variações nos ativos e passivos das operações descontinuadas			11.704	(240)
Juros pagos das operações descontinuadas			(8.159)	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais das operações descontinuadas</b>		<b>15.091</b>	<b>2.567</b>	<b>14.153</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições ao investimento				
Adiantamento para futura aumento de capital	(197)			
Títulos e valores mobiliários			(3.382)	16.386
Redução de capital social em coligadas e controladas	51.414	16.428	3.736	(11.819)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		1.553	77.708	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>51.217</b>	<b>17.981</b>	<b>78.062</b>	<b>4.567</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos nas operações descontinuadas</b>	<b>(1.136)</b>	<b>(971)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Mútuos pagos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida				
Amortização de principal	(123.519)		(136.868)	
Arrendamento mercantil	(734)	(722)	(734)	(722)
Pagamento de dividendos a não controladores				(1.035)
Aumento de capital social				
Recompra de ações	(4.000)		(4.000)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(128.253)</b>	<b>(722)</b>	<b>(141.602)</b>	<b>(1.757)</b>
<b>Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos nas operações descontinuadas</b>			<b>(3.687)</b>	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(128.477)</b>	<b>36.387</b>	<b>(152.063)</b>	<b>19.886</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	156.109	119.722	211.187	191.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	27.632	156.109	59.124	211.187
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(128.477)</b>	<b>36.387</b>	<b>(152.063)</b>	<b>19.886</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## 1. Informações gerais

A OTP S.A. (“Companhia” ou “OTP” e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, (“Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social:

**(i)** A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;

**(ii)** A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e

**(iii)** A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens **(i)** e **(ii)** acima.

Em 4 de dezembro de 2025, foi constituída a OTP Holding Ltda. (“OTP H”), sob a forma de sociedade empresária limitada unipessoal, tendo como única sócia a Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Em 10 de dezembro de 2025, a Novonor deliberou pelo aumento de capital da OTP H, mediante a subscrição de novas quotas, integralizadas por meio da transferência das ações da OTP por ela detidas.

A Companhia integra o Grupo Novonor, sendo controlada indireta pela Novonor.

### a) Investidas

- **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”)**

A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos (“Contrato de PPP VLT GO”), contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP VLT GO, o que não ocorreu até o momento. Com isso, a Administração iniciou os trâmites necessários à rescisão do Contrato de PPP VLT GO, tendo, em 15 de maio de 2024, notificado o Poder Concedente, o qual indicou que faria as análises internas para posterior retorno à Concessionária, o qual não ocorreu até o momento.

- **Agrovia do Nordeste S.A. (“Agrovia”)**

A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objeto a execução do Contrato de Arrendamento nº 029/2012 celebrado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (“SUAPE”), relativo a área, localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem, envolvendo investimentos necessários à construção, administração e operação das instalações portuárias do referido terminal, a ser realizados pela Agrovia, com prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período (“Contrato de Arrendamento”).

Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a conseqüente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal Açucareiro. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não se vislumbrava a viabilidade para a manutenção do referido terminal, tendo em vista que seriam necessárias mudanças substanciais no objeto do Contrato de Arrendamento. Desta forma, a Administração da Agrovia decidiu paralisar as operações do Terminal Açucareiro.

Assim, em 03 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Agrovia aprovou o início do processo de “Resilição do Contrato de Arrendamento. O pedido de resilição, protocolado em 27 de agosto de 2019 na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”) e recebido pelo Poder Concedente de forma amigável, considerou, além da devolução da área arrendada, um pedido de indenização dos investimentos

realizados na construção e implantação do Terminal Açucareiro, para fazer frente aos passivos da Agrovía. O pedido de rescisão que considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Companhia (“Processo”).

Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à SUAPE, sendo a entrega formalmente efetuada em 20 de agosto de 2020, por meio da celebração de Termo de Recebimento da Área Objeto do Contrato de Arrendamento que constituiu o recebimento da área, com seus respectivos bens móveis e imóveis, transferindo nesta data a guarda e a responsabilidade à Administração Portuária e da assinatura de relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do Contrato de Arrendamento foram suspensas.

Em continuidade a esse processo, em 30 de novembro de 2021, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), publicou o Acórdão nº 722, onde deferiu parcialmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, considerando o valor de R\$ 42.312 a ser devido à Agrovía, na data base de agosto de 2020, líquido da quitação das obrigações de pagamento das Movimentações Mínimas Contratuais – MMC não cumpridas, à razão de 75% da projeção tendencial, e da quitação das obrigações de pagamento de arrendamento variável, ficando a cargo do Ministério da Infraestrutura (“MINFRA”) a definição da melhor forma da liquidação dos valores e avaliar a pertinência da declaração de caducidade do Contrato de Arrendamento.

O processo seguiu para avaliação pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão (“DGCO”) da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), que elaborou uma minuta do Termo de Rescisão, o qual foi submetido à análise, sob o aspecto formal, pela Consultoria Jurídica (“CONJUR”) da SNPTA que retornou a análise, em 10 de outubro de 2022, pontuando a juridicidade da referida minuta. A minuta do Termo de Rescisão prevê, entre outros termos e condições, o dever de liquidação do montante devido à Agrovía por SUAPE.

Da instrução da DGCO/SNPTA foram abordados aspectos afetos a não ocorrência de caducidade do Contrato de Arrendamento e reconhecimento do crédito devido à Agrovía, no montante de R\$ R\$ 42.312 (base: agosto/2020) que havia sido apurado pela ANTAQ.

Procedeu-se a retomada da instrução processual na setorial técnica da SNPTA que, em 04 de novembro de 2022, por meio, do Ofício nº 638/2022, informou que as tratativas subsequentes, inerentes à gestão do respectivo contrato, devem ser realizadas diretamente por essa Autoridade Portuária.

Em 17 de setembro de 2024, por meio do Ofício nº 384/2024 a SNPTA estabeleceu que, os demais passos do Processo deveriam ser conduzidos por esta secretaria, bem como destacou que a forma de pagamento do valor devido à Agrovía deveria ser negociado em instrumento próprio por Suape e a Companhia, sem que recaiam encargos para a União, em virtude de eventual inadimplemento por parte da autoridade portuária.

A Administração da Agrovía espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de rescisão que possam afetar de forma significativa as suas informações financeiras.

- **SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Supervia”)**

Em 28 de maio de 2019, o controle acionário da Rio Trens Participações S.A. (“RTP”), controladora da Supervia, foi alienado, restando uma participação minoritária de 11,33%, que passou a ser detida pela OTP SPV Participações S.A., controlada direta da Supervia.

A Supervia foi constituída em 2 de setembro de 1998, sendo a detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores, no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. O prazo da concessão foi prorrogado até 31 de outubro de 2048, pelo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

As operações da Supervia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

## **Recuperação judicial**

Em 07 de junho de 2021, as empresas pertencentes ao Grupo Supervia ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido teve como principais objetivos: **(i)** a adoção de medidas necessárias à reestruturação do passivo das empresas, por meio de estruturas de readequação global de endividamento; **(ii)** a preservação de empregos, diretos e indiretos, e dos direitos dos credores do Grupo Supervia, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação de sua atual crise econômico-financeira, bem como levando-se em consideração a sua estruturação de capital após a reestruturação; e **(iii)** a continuidade da prestação dos serviços para os quais as empresas foram contratadas, especialmente os serviços públicos essenciais, no caso da Supervia, o Contrato de Concessão, considerando o redimensionamento das atividades após a reestruturação.

Após regular trâmite do procedimento, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas e negociado com os credores foi aprovado em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 31 de maio de 2022 e homologado em 09 de junho de 2022. Ainda, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os créditos deverão ser pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial. Em 02 de outubro de 2025, diante de condições que impediam as Recuperandas a cumprirem o plano original, foi apresentado, para análise e aprovação dos credores concursais, Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial informando as condições de pagamentos, a partir dos aportes realizados. O referido Aditivo foi homologado em 27 de outubro de 2025.

## **Situação financeira atual**

A RTP, juntamente com as suas controladas, Supervia, SC Empreendimentos e Participações S.A. – Em recuperação judicial, Hotel Central S.A – Em recuperação judicial e Teleféricos do Rio de Janeiro S.A – Em recuperação judicial (“Grupo Supervia”), vem apurando resultados negativos tendo, em 31 de dezembro de 2025, apresentado passivo a descoberto no montante de R\$ 658.426 e passivo circulante superior ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 5.110.927 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.838.780).

Como consequência dos resultados negativos, prezando pela transparência, as Recuperandas informaram ao Juízo Recuperacional acerca da inviabilidade da manutenção da atividade caso não fossem adotadas providências suficientes para a solução dos problemas que vinham afetando a operação.

## **Descontinuidade do contrato**

Diante do cenário econômico-financeiro, em 13 de maio de 2024, o grupo Supervia reconheceu a situação de insolvência perante o Juízo Recuperacional e requereu a convalidação da sua recuperação judicial em falência, mediante determinadas condições.

Com isso, em 26 de novembro de 2024, o grupo Supervia assinou junto ao Governo do estado do Rio de Janeiro, um acordo de transição tendo como principal finalidade viabilizar a manutenção do serviço público de transporte ferroviário por um novo operador ou para o próprio Poder Concedente. Atualmente, a Supervia encontra-se em um período de transição, cujo prazo fora prorrogado, até março de 2026, por iniciativa do Poder Concedente.

- **OTP Rodovias S.A. (“OTPR”)**

Em 28 de fevereiro de 2025, a OTP Rodovias efetivou a redução de seu capital social, aprovada em 26 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 71.000, com entrega de recursos à OTP sendo: **(i)** R\$ 31.914 em moeda corrente nacional; **(ii)** R\$ 38.768 mediante quitação de saldo residual do contrato de mútuo celebrado em 03 de novembro de 2021; **(iii)** R\$291 mediante cessão de créditos contra a CNO S.A. – Em Recuperação Judicial; e **(iv)** R\$ 27 mediante cessão de créditos que a Companhia possui contra a OECL S.A. – Em Recuperação Judicial.

Em 12 de março de 2025, ocorreu a extinção do FIP OTP CRB. Com a extinção do fundo, a OTP Rodovias passou a deter diretamente as ações da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

**b) Capital Circulante Líquido (“CCL”)**

Em 31 de dezembro de 2025, as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia apresentam passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 1.339.564 e R\$ 1.368.649 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.145.067 e R\$ 1.179.155), respectivamente.

A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua hígidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dentre as ações, destacam-se: (i) a alienação de participações societárias, tendo concluído no exercício de 2024 a alienação da Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”); (ii) a simplificação de suas estruturas, de modo a reduzir os seus riscos financeiros e (iii) a negociação com a Autoridade Portuária de Suape para recebimento da indenização referente a devolução amigável da concessão da Agrovía.

A Companhia está em tratativas com os bancos credores - Bradesco, Banco do Brasil e Itaú (“Credores”) – para uma solução definitiva do seu endividamento, tendo em 18 de dezembro de 2024 firmado um acordo para a reestruturação das suas dívidas, no qual os Credores concordaram em não declarar e/ou deliberar pelo vencimento antecipado das dívidas, mantendo os efeitos dos eventos de inadimplemento permanecem suspensos.

Em 11 de julho de 2025 a Companhia firmou com o Banco do Brasil, Banco Bradesco e Itaú Unibanco (“Credores”) Termo Aditivo ao acordo para a reestruturação da OTP, no qual os Credores mantiveram o compromisso de não declarar e/ou deliberar pelo vencimento antecipado das dívidas, mantendo os efeitos de inadimplemento suspenso.

**c) Operações descontinuadas**

Tendo em vista a paralisação das atividades da Agrovía desde agosto de 2021, conforme descrito nesta, no item 1 (a) acima, os resultados da Agrovía estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados dos exercícios no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos “Ativos não circulantes mantidos para negociação”.

Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovía continuam a ser refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme apresentados a seguir:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	103	88
Tributos a recuperar	-	5
Outros ativos	54.502	-
<b>Total</b>	<b>54.605</b>	<b>93</b>
Imobilizado	-	56.256
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>56.256</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>56.256</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>54.605</b>	<b>56.349</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Passivo</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Debêntures	90.308	86.938
Fornecedores e contas a pagar	56	1.792
Obrigações sociais e trabalhistas	10	39
Impostos, taxas e contribuições sociais	1	138
Outros passivos	11.847	-
<b>Total</b>	<b>102.222</b>	<b>88.907</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Partes relacionadas	5.272	4.460
<b>Total</b>	<b>5.272</b>	<b>4.460</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>107.494</b>	<b>93.367</b>
<b>Passivo a descoberto</b>		
Capital social	67.176	66.040
Prejuízos acumulados	(120.065)	(103.058)
<b>Total</b>	<b>(52.889)</b>	<b>(37.018)</b>
<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>	<b>54.605</b>	<b>56.349</b>

**d) Compliance**

A Companhia, desde a finalização do processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras em 2020 e do direcionamento estratégico definido por seus Acionistas, em 2017, no sentido de desmobilização das suas operações, vem seguindo sua diretriz de atuação empresarial responsável e diligente respaldada na manutenção do seu Programa de Integridade, adequada à dimensão da sua operação. Neste sentido, considerando a contínua redução de despesas administrativas implementada pela empresa e a inexistência, nos últimos anos, de qualquer tipo de denúncia ou conduta que atentem contra seu Código de Ética e Conduta, os serviços terceirizados de Linha de Ética e Análise Reputacional de prestadores de serviços e novos integrantes, via Plataforma Digital, foram integrados às ferramentas existentes do acionista controlador indireto Novonor, no final do exercício 2025.

Em paralelo, o Comitê de Conformidade da Companhia se reúne, por demanda específica, para atualizações sobre a Conformidade da Companhia e de suas controladas.

**2. Resumo das principais políticas materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As informações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelos Administradores da Companhia em 31 de março de 2026.

**2.1. Base de Preparação**

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das informações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas informações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

## 2.2. Informações financeiras individuais

As informações financeiras individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as informações financeiras consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*), utilizadas na preparação destas informações em 31 de dezembro de 2025 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2024.

Nas informações financeiras individuais, as empresas controladas, as empresas controladas em conjunto e as empresas coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações financeiras individuais quanto nas informações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

## 2.3. Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas informações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As informações financeiras consolidadas abrangem as seguintes Companhias em 31 de dezembro:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	96,18	95,66
OTP Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
<b>Companhias consolidadas indiretamente</b>			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")	Brasil	47,01	47,01

## 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real.

## 2.5. Benefícios a empregados

### a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia de cálculo que leva em consideração o atingimento de metas corporativas previamente definidas. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

### b) Obrigações de aposentadoria

O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas.

A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 - Benefícios a empregados.

## 2.6. Adoção inicial de novas normas e julgamentos

### a) Novas normas e pronunciamentos - Vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma	Descrição
<b>IAS 28/ CPC 18 (R3)</b>	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
<b>ICPC 09 (R3)</b>	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
<b>IAS 21/ CPC 02 (R2) IFRS 1/ CPC 37 (R1)</b>	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
<b>OCPC 10</b>	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

### b) Novas normas e pronunciamentos - Não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

Norma	Descrição	Vigência
<b>IFRS S1 - (Resolução CVM 217/2024) IFRS S2 - (Resolução CVM 218/2024)</b>	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB"), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
<b>IFRS 18</b>	O IFRS Accounting Standards, órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada " <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ". Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos futuros.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

#### **a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

#### **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações.

#### **c) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias**

A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

#### **d) Arrendamento mercantil operacional**

A Companhia mensura os arrendamentos ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo.

### **4.2. Gerenciamentos de riscos**

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: **(i)** aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e **(iii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

#### **a) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

#### **b) Risco de crédito**

As operações que sujeitam à Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o respectivo patrimônio líquido das contrapartes.

#### **c) Risco de mercado/taxas de juros**

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. Em 31 de dezembro de 2025, as dívidas contratadas estão sujeitas às variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Certificado de Depósito Bancário (CDI).

### **4.3. Gestão de capital - consolidado**

Os objetivos da Companhia e suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos.

O Grupo monitora a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Notas	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.427.388	1.384.573
Caixa e equivalentes de caixa	6	(59.124)	(211.187)
Títulos e valores mobiliários	7	-	(183.049)
<b>Dívida líquida</b>		<b>1.368.264</b>	<b>990.337</b>
Passivo a descoberto	15	(1.273.438)	(1.015.808)
Total do capital próprio e de terceiros		94.826	(25.471)
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>1.443%</b>	<b>(3.888%)</b>

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Notas	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo Amortizado (Reapresentado)
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	59.124	-	211.187
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	183.049	-
Outros ativos		-	8.966	-	9.613
<b>Total</b>		-	<b>68.090</b>	<b>183.049</b>	<b>220.800</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	1.427.388	-	1.384.573
Fornecedores	8	-	2.267	-	2.073
Arrendamento mercantil operacional	13	-	17.574	-	16.443
Partes relacionadas	8	-	63.929	-	78.136
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		-	6.428	-	8.337
<b>Total</b>		-	<b>1.517.586</b>	-	<b>1.489.562</b>

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	115	148	256	16.711
Aplicações financeiras (a)	27.517	155.961	58.868	194.476
<b>Total (*)</b>	<b>27.632</b>	<b>156.109</b>	<b>59.124</b>	<b>211.187</b>

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 100 % e 101% do CDI (31 de dezembro de 2024 - 100 % e 101% do CDI).

(\*) Como parte do Acordo para Reestruturação definitiva de suas dívidas, no decorrer do ano de 2025, a Companhia e suas investidas realizaram amortizações no valor total de R\$ 188.800.

## 7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ estimativa (*)	3.562	4.288	13.203	7.675
CSLL estimativa (*)	299	299	2.859	456
IRRF a recuperar	3.976	1.657	4.442	5.169
Outros	8	9	135	140
<b>Total</b>	<b>7.845</b>	<b>6.253</b>	<b>20.639</b>	<b>13.440</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2025, houve aumento de IRPJ e CSLL por estimativa decorrente da extinção do FIP OTP CRB, que resultou no reconhecimento de um ganho contábil, e consequentemente, ocasionou aumento na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

## 8. Outros ativos – consolidado

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo apresentado em “Outras contas a receber” refere-se, substancialmente, ao crédito indenizatório reconhecido pela AGNE em decorrência de decisão favorável da ANTAQ no montante de R\$ 54.502, formalizada por meio do Acórdão no 722, publicado em 30 de novembro de 2021. Tal crédito decorre do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, relacionado aos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal Açucareiro, registrados no ativo imobilizado da Companhia. O valor encontra-se líquido das deduções efetuadas referentes à quitação das obrigações associadas às Movimentações Mínimas Contratuais (MMC) não atendidas.

## 9. Títulos e valores mobiliários – consolidado

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 183.049 estava representado pelo valor das cotas da OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP OTP CRB”), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”).

A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado pela OTP Rodovias em 28 de maio de 2019. A CRB iniciou as suas operações em abril de 2009, tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

Em 27 de dezembro de 2024, a OTP Rodovias procedeu a amortização parcial das cotas, no valor bruto de R\$ 19.278 (R\$ 16.386, líquido de imposto de renda), com recursos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela CRB ao longo de 2024.

Em 11 de março de 2025, ocorreu a liquidação do FIP OTP CRB, com entrega à controlada direta RTP, acionista do fundo, de ativos integrantes de sua carteira como forma de pagamento do resgate de cotas, transferindo todos os direitos e obrigações relativas aos ativos para a cotista do fundo. Desta forma, a controlada direta OTP Rodovias passou a reconhecer como investimento direto a participação de 15% detida na CRB (Nota Explicativa nº 10 (e)).

Impactos da extinção do FIP	
31/12/2025	
Baixa FIP	(147.085)
Participação societária em coligadas - CRB	165.267
Juros sobre capital próprio a receber	15.690
IRRF a recuperar	5.960
<b>Ganho apurado – Outras receitas financeiras</b>	<b>(39.832)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Partes relacionadas

### (i) Saldos e transações com empresas ligadas

	Controladora							
	Ativo	Ativo	Passivo circulante			Passivo não circulante		Resultado
	circulante	não circulante						
Outras contas a receber com partes relacionadas	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Arrendamento mercantil	Partes relacionadas	Arrendamento mercantil	Transações (Db)/Cr	
Agrovia (a) <b>(b) (e)</b>	9.412	5.272	-	-	-	-	-	812
CBPO Engenharia Ltda. - Em recuperação judicial <b>(b)</b>	279	-	-	-	-	-	-	-
CNO S.A. - Em recuperação judicial ("CNO") <b>(b)</b>	1.167	-	170	-	-	-	-	-
Novonor <b>(b) (c)</b>	-	-	48	-	-	6.434	-	(2.590)
Edifício Odebrecht RJ S/A - Em recuperação Judicial <b>(b)</b>	-	-	-	-	1.550	-	15.958	-
OECI S.A. - Em recuperação judicial ("OECI") <b>(b)</b>	73	-	97	-	-	3.414	-	(4.295)
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") <b>(c)</b>	-	-	-	-	-	45.263	-	(3.907)
OTP Mobilidade S.A. ("OM") <b>(a) (b)</b>	1.907	2.009	-	-	-	-	-	251
OTP Rodovias (a) <b>(b) (d) (f)</b>	-	196	-	36.365	-	-	-	-
OM Linha 6 (a) <b>(b)</b>	7	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>12.845</b>	<b>7.477</b>	<b>315</b>	<b>36.365</b>	<b>1.550</b>	<b>55.111</b>	<b>15.958</b>	<b>(9.729)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.432</b>	<b>6.217</b>	<b>379</b>	<b>-</b>	<b>447</b>	<b>108.086</b>	<b>15.692</b>	<b>(12.704)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Resultado Transações (Db)/Cr
	Ativo circulante	Passivo Circulante		Passivo não circulante		
	Outras contas a receber com partes relacionadas	Fornecedores	Arrendamento mercantil	Partes relacionadas	Arrendamento mercantil	
CBPO Engenharia Ltda. - Em recuperação judicial <b>(b)</b>	314	-	-	-	-	-
CNO S.A. - Em recuperação judicial ("CNO") <b>(b)</b>	1.194	327	-	-	-	-
Novonor <b>(b) (c)</b>	12	-	-	6.434	-	(2.590)
Edifício Odebrecht RJ S/A - Em recuperação Judicial <b>(b)</b>	-	170	1.550	-	15.958	(1.766)
OECI S.A. - Em recuperação judicial ("OECI") <b>(b)</b>	73	48	-	3.414	-	(4.295)
Vexty <b>(b)</b>	-	97	-	-	-	-
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") <b>(c)</b>	-	-	-	45.263	-	(3.907)
Guaraná Urban Mobility Incorporated ("GUMI") <b>(e)</b>	-	-	-	6.391	-	-
Sitpar Participações S.A. <b>(e)</b>	-	-	-	2.427	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.593</b>	<b>642</b>	<b>1.550</b>	<b>63.929</b>	<b>15.958</b>	<b>(12.558)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.912</b>	<b>626</b>	<b>447</b>	<b>78.136</b>	<b>15.692</b>	<b>(12.174)</b>

**(a)** Os valores apresentados em Partes relacionadas no Ativo (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com as controladas Agrovia e OM, remuneradas a taxas de mercado, sendo eliminados no Consolidado. Em 11 de julho de 2025, a Companhia amortizou, por conta e ordem, o montante de R\$ 9.400 da dívida da Agrovia, de forma a cumprir o compromisso firmados com os credores da reestruturação mencionada na nota 1 (b).

**(b)** Os valores apresentados em Outras contas a receber e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.

**(c)** Os valores devidos à OOL decorrem da cessão de recebíveis e da aquisição de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia. Em 12 de abril de 2024, a Companhia foi notificada extrajudicialmente para que pagasse os valores devidos à OOL. Em 15 de abril de 2024, a Companhia, em resposta à Notificação, informou que não possuía recursos para a quitação imediata, dado que se encontrava em processo de reestruturação de dívidas junto aos seus credores financeiros e que, apenas após a conclusão de tal processo de reestruturação, poderá recuperar sua hígidez econômico-financeira e assim disporá de caixa para honrar seus compromissos. Na qualidade de garantidora da OTP, em relação aos passivos devidos à OOL, a Novonor realizou, em 22 de abril de 2024, o pagamento parcial de débito, no valor de R\$ 25.000. Com isso, ficou acordada a exoneração total da garantia prestado pela Novonor, a qual se tornou credora da OTP, por sub-rogação legal. O crédito sub-rogado será atualizado monetariamente pela variação do IPCA/IBGE, pro rata die, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês. Em 1 de setembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento parcial do contrato de mútuo para a Novonor, no valor de R\$ 25.000, sendo R\$ 20.200 de principal e R\$ 4.800 de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (d) O valor apresentado em Partes relacionadas no Passivo (na Controladora) decorrem de operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação das participações detidas nas Concessionárias Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”), pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras da Companhia.
- (e) Valor devido pelo VLT GO em decorrência dos dispêndios incorridos pelos acionistas no processo de licitação.
- (f) Como parte do Acordo para Reestruturação definitiva de suas dívidas, a OTP Rodovias amortizou, por conta e ordem da OTP S.A., o montante de R\$ 36.365, referente as suas dívidas, constituindo assim, um Contas a Pagar com essa empresa.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(ii) Remuneração do pessoal chave da administração - Consolidado**

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, no exercício, totalizaram:

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários	7.101	3.558
Encargos	2.060	827
Previdência complementar	110	106
Outros	114	-
<b>Total</b>	<b>9.385</b>	<b>4.491</b>

**(a)** Durante o exercício de 2025, a remuneração do pessoal chave da administração foi impactada por eventos específicos relacionados à remuneração variável e à alteração na composição da Diretoria Estatutária da Companhia. Ao longo do ano, ocorreram pagamentos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), referentes aos ciclos 2023 e 2024. Tais pagamentos seguiram as diretrizes estabelecidas no Programa de Remuneração Variável da Companhia, compondo a remuneração de curto prazo dos administradores e refletindo o desempenho apurado em cada período. Adicionalmente, em dezembro, houve o desligamento de um Diretor Estatutário. As verbas rescisórias associadas ao desligamento foram reconhecidas de acordo com as normas contábeis aplicáveis e estão integralmente refletidas no montante apresentado na rubrica de honorários da administração. Os efeitos combinados desses eventos resultaram na variação dos valores registrados no exercício, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Operações descontinuadas**

Tendo em vista a descontinuidade das operações da Agrovía, mencionados na Nota Explicativa nº 1, os resultados apurados e os fluxos de caixa dessas empresas passaram a ser apresentados de forma aglutinada na Demonstração do resultado e os ativos e passivos correspondentes alocados em rubricas específica no balanço patrimonial consolidado, sendo os efeitos detalhados nos itens (a) e (b) a seguir:

**a) Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro**

Operações descontinuadas	31/12/2025				31/12/2024				
	Operação descontinuada			Total de efeitos	Operação descontinuada			Ativos não circulantes mantidos para negociação	Total de efeitos
	OTP	Agrovía	Eliminações		OTP	Agrovía	Eliminações		
Despesas gerais e administrativas	-	(978)	-	(978)	-	(698)	-	-	(698)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	9.636	9.636
<b>Resultado operacional</b>	-	<b>(978)</b>	-	<b>(978)</b>	-	<b>(698)</b>	-	<b>9.636</b>	<b>8.938</b>
Equivalência patrimonial	(16.282)	-	16.282	-	(12.877)	-	12.877	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	(16.029)	812	(15.217)	-	(12.768)	753	-	(12.015)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(16.282)</b>	<b>(17.007)</b>	<b>17.094</b>	<b>(16.195)</b>	<b>(12.877)</b>	<b>(13.466)</b>	<b>13.630</b>	<b>9.636</b>	<b>(3.077)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro**

	31/12/2025				31/12/2024				
	Operação descontinuada			Total de efeitos	Operação descontinuada			Ativos não circulantes mantidos para negociação	Total de efeitos
	OTP	Agrovia	Eliminações		OTP	Agrovia	Eliminações		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>									
<b>Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(16.282)</b>	<b>(17.007)</b>	<b>17.094</b>	<b>(16.195)</b>	<b>(12.877)</b>	<b>(13.466)</b>	<b>13.630</b>	<b>9.636</b>	<b>(3.077)</b>
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	16.029	(812)	15.217	-	12.768	(753)	-	12.014
Resultado de equivalência patrimonial	16.282	-	(16.282)	-	12.877	-	(12.877)	-	-
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	5.455	5.455
<b>Total de ajustes para reconciliação</b>	<b>16.282</b>	<b>16.029</b>	<b>(17.094)</b>	<b>15.217</b>	<b>12.877</b>	<b>12.768</b>	<b>(13.630)</b>	<b>5.455</b>	<b>17.470</b>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>	<b>-</b>	<b>9.269</b>	<b>-</b>	<b>9.269</b>	<b>-</b>	<b>(240)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(240)</b>
<b>Juros pagos</b>	<b>-</b>	<b>(6.455)</b>	<b>-</b>	<b>(6.455)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>1.836</b>	<b>-</b>	<b>1.836</b>	<b>-</b>	<b>(938)</b>	<b>-</b>	<b>15.091</b>	<b>14.153</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>									
Adições ao investimento	(1.136)	-	1.136	-	(971)	-	971	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.136)</b>	<b>-</b>	<b>1.136</b>	<b>-</b>	<b>(971)</b>	<b>-</b>	<b>971</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>									
Pagamento de debênture	-	(2.957)	-	(2.957)	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	1.136	(1.136)	-	-	971	(971)	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.821)</b>	<b>(1.136)</b>	<b>(2.957)</b>	<b>-</b>	<b>971</b>	<b>(971)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(1.136)</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>(1.121)</b>	<b>(971)</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>15.091</b>	<b>14.153</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Investimentos****a) Informações sobre as investidas – controladora**

	Quantidade de ações integralizadas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Agrovia	60.328.198	56.624.447	96,18	95,66	(52.647)	(37.018)	(16.929)
OM	24.932.530	24.932.530	60,00	60,00	6.711	6.835	(123)	(138)
OTP Rodovias	1.182.195.539	1.273.695.539	100,00	100,00	170.453	271.441	(10.489)	65.509
OTP SPV	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	-	-	-	(4.765)

**b) Movimentação dos investimentos – controladora**

	Saldo no início do exercício	Adições	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste avaliação patrimonial	Operações descontinuadas	Saldo no final do exercício
<b>Investimentos</b>							
OM	4.101	-	-	(74)	-	-	4.027
OTP Rodovias	271.441	-	(90.499)	(10.489)	-	-	170.453
<b>Total</b>	<b>275.542</b>	<b>-</b>	<b>(90.499)</b>	<b>(10.563)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>174.480</b>
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>							
Agrovia	(35.412)	1.136	-	-	(78)	(16.282)	(50.636)
<b>Total</b>	<b>(35.412)</b>	<b>1.136</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(78)</b>	<b>(16.282)</b>	<b>(50.636)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>240.130</b>	<b>1.136</b>	<b>(90.499)</b>	<b>(10.563)</b>	<b>(78)</b>	<b>(16.282)</b>	<b>123.844</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>211.272</b>	<b>971</b>	<b>(16.428)</b>	<b>15.975</b>	<b>(3.469)</b>	<b>(12.877)</b>	<b>240.130</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Movimentações Societárias - controladora**

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia subscreveu 971.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovía, no valor de R\$ 971, tendo integralizado, em moeda nacional corrente. Os recursos foram destinados à cobertura de despesas ordinárias da controlada.

Em 26 de dezembro de 2024, foi aprovado em assembleia geral e extraordinária a redução do capital social da controlada OTP Rodovias, no montante de R\$ 71.000 com o cancelamento de 71.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante restituição dos valores a Companhia, única acionista. Em virtude da redução aprovada, a Companhia recebeu o mesmo montante, sendo: (i) R\$ 31.914 em moeda corrente nacional; (ii) R\$ 38.767 mediante quitação de saldo da dívida da Companhia perante a OTP Rodovias, relativo a contrato de mútuo; (iii) R\$ 291 mediante cessão de crédito que a OTP possui contra a CNO; e (iv) 27 mediante cessão de crédito que a OTP Rodovias possui contra a OECL.

Em 18 de março de 2025, foi aprovado em assembleia geral e extraordinária a redução do capital social da controlada OTP Rodovias, no montante de R\$ 2.500, com o cancelamento de 2.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante restituição dos valores a Companhia, única acionista. Em virtude da redução de capital, a Companhia recebeu o mesmo montante em moeda corrente nacional.

**d) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - consolidado**

Em 22 de abril de 2025, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos aos acionistas da CRB, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 22.000. Sendo destinado a OTP Rodovias o valor de R\$ 3.300, correspondente a sua participação de 15%, os quais foram recebidos em 05 de maio de 2025.

Em 05 de maio de 2025 e 20 de outubro de 2025, a OTP Rodovias recebeu os montantes de R\$ 15.090 e R\$ 4.700, respectivamente, a título de Juros sobre o capital próprio da investida CRB.

Em 20 de outubro de 2025, 22 de dezembro de 2025 e 29 de dezembro de 2025, a OTP Rodovias recebeu os montantes de R\$ 34.000, R\$ 15.000 e R\$ 5.500, respectivamente, a título de dividendos da investida CRB.

**e) Coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos - consolidado**

	Saldo no início do exercício	Adições	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber/ JCP a receber	Saldo no final do exercício
<b>Investidas</b>						
Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP") (a)	4.349	-	(3.736)	(130)	-	483
Concessionária Rota das Bandeiras ("CRB") (b)	-	165.267	-	6.766	(68.459)	103.574
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.349</b>	<b>165.267</b>	<b>(3.736)</b>	<b>6.636</b>	<b>(68.459)</b>	<b>104.057</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9.157</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.806)</b>	<b>-</b>	<b>4.349</b>

(a) Participação societária detida pela controlada indireta OML6 na Move SP, que permanecerá ativa até a efetivação dos seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.

(b) Em 11 de março de 2025, ocorreu a liquidação do FIP OTP CRB, com entrega à controlada direta RTP, acionista do fundo, de ativos integrantes de sua carteira como forma de pagamento de resgate de cotas, transferindo todos os direitos e obrigações relativas aos ativos para a cotista do fundo. Desta forma, a controlada direta OTP Rodovias passou a reconhecer como investimento direto a participação de 15% detida na CRB.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Imobilizado – consolidado**

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Direito de uso (*)	Total
Custo	32.629	31.019	163	12.361	76.172
Depreciação acumulada	(2.144)	(5.217)	(142)	(3.344)	(10.847)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>30.485</b>	<b>25.802</b>	<b>21</b>	<b>9.017</b>	<b>65.325</b>
Baixas de imobilizado	-	(210)	(56)	-	(266)
Baixas de depreciação	-	178	56	-	234
Depreciação	-	(9)	(2)	(1.282)	(1.293)
<b>Saldo</b>	<b>30.485</b>	<b>25.761</b>	<b>19</b>	<b>7.735</b>	<b>64.000</b>
Custo	32.629	30.809	107	12.361	75.906
Depreciação acumulada	(2.144)	(5.048)	(88)	(4.626)	(11.906)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>30.485</b>	<b>25.761</b>	<b>19</b>	<b>7.735</b>	<b>64.000</b>
Baixas de imobilizado (**)	(32.629)	(30.802)	(31)	-	(63.462)
Baixas de depreciação (**)	2.144	5.052	14	-	7.210
Depreciação	-	(5)	(2)	(1.283)	(1.290)
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>6.452</b>	<b>6.458</b>
Custo	-	7	76	12.361	12.444
Depreciação acumulada	-	(1)	(76)	(5.909)	(5.986)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>6.452</b>	<b>6.458</b>
<b>Taxas anuais de depreciação (**)</b>	<b>0%</b>	<b>0% a 10%</b>	<b>10%</b>	<b>10% a 20%</b>	<b>-</b>

(\*) Representa os direitos de uso relativos a contratos de arrendamento mercantil.

(\*\*) Devido à descontinuidade das operações da Agrovia, em março de 2019, a depreciação das Edificações e das Máquinas e Equipamentos foi cessada.

(\*\*\*) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº (1), a ANTAQ, por meio do Acórdão nº 722, publicado em 30 de novembro de 2021, deferiu parcialmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, em razão dos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal Açucareiro, registrados no ativo imobilizado da companhia, já deduzidos os valores referentes à quitação das obrigações relativas às Movimentações Mínimas Contratuais – MMC não cumpridas. Diante do reconhecimento da procedência do crédito, restando apenas a definição, perante os órgãos competentes, da forma de sua liquidação, a companhia procedeu, em 31 de dezembro, à reclassificação do referido crédito para a rubrica de “Outras Contas a Receber”.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, com taxa de juros de 118% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, com remuneração de CDI + 2,28% a.a.

A Agrovía emitiu debêntures para a construção de infraestrutura, no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a.

**Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bradesco	1.012.258	988.093	1.012.258	988.093
Banco do Brasil	324.823	309.542	324.823	309.542
Itaú	-	-	90.307	86.938
<b>Total</b>	<b>1.337.081</b>	<b>1.297.635</b>	<b>1.427.388</b>	<b>1.384.573</b>

**Movimentação:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.297.635</b>	<b>1.140.081</b>	<b>1.384.573</b>	<b>1.215.005</b>
Amortização de principal	(136.868)	-	(140.556)	-
Apropriação de juros	216.398	157.554	231.614	169.568
Amortização de juros	(40.084)	-	(48.243)	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.337.081</b>	<b>1.297.635</b>	<b>1.427.388</b>	<b>1.384.573</b>

Como parte do Acordo para Reestruturação definitiva de suas dívidas, em 29 de agosto de 2025, a OTP realizou mortização parcial, no montante de R\$ 150.000. Desse valor, R\$ 140.588 foi destinado para pagamento de dívidas da própria OTP, enquanto o valor de R\$ 9.412 foi pago por conta e ordem da Agrovía, para amortização do passivo com o Itaú.

Adicionalmente, em 27 de novembro de 2025, a OTP Rodovias amortizou, por conta e ordem da OTP, o montante de R\$ 36.365 e, por conta e ordem da Agrovía, o montante de R\$ 2.435, para pagamento parcial das dívidas junto aos Bancos do Brasil, Bradesco e Itaú.

**a) Covenants**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R\$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações contábeis da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("waiver").

**b) Vencimento**

O prazo de vencimento da dívida junto ao Banco do Brasil teve a última postergação para 27 de outubro de 2024. Quanto às debêntures privadas subscritas pelo Bradesco e pelo Itaú, a última prorrogação dos efeitos dos eventos de inadimplemento aprovada em AGDs, definiu como prazo as datas 15 de abril de 2024 e 13 de março de 2025, respectivamente.

Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia firmou junto aos Credores um acordo para a reestruturação das suas dívidas, onde foi estipulada uma amortização parcial das dívidas, a ser paga de forma proporcional, no valor total de R\$ 147.000, após o atendimento de determinadas condições. Além disso, os credores concordaram em não declarar e/ou deliberar pelo vencimento antecipado das dívidas, de modo que os efeitos dos eventos de inadimplemento permanecem suspensos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Custo de transação**

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

**d) Garantias**

(i) Para garantir as obrigações decorrentes da emissão de debêntures da Agrovía, foram outorgadas as seguintes garantias: **(a)** fiança corporativa da OTP, **(b)** alienação fiduciária das ações de emissão da Agrovía, **(c)** cessão fiduciária sobre os direitos creditórios emergentes do projeto da Agrovía, **(d)** cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, **(e)** cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, **(f)** cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas.

(ii) Para garantir as obrigações decorrentes os empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e a emissão de debêntures da OTP, foram outorgadas as seguintes garantias: **(a)** cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, **(b)** cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, **(c)** cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Destaque que com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das referidas dívidas corporativas, bem como que, em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas.

**15. Impostos, taxas e contribuições sociais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recolher (i)	-	-	7.531	3.254
CSLL a recolher (i)	-	-	2.734	1.186
PIS e Cofins a recolher	22	71	493	998
ISS a recolher	-	-	310	310
Outros	18	21	183	355
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>92</b>	<b>11.251</b>	<b>6.103</b>

(i) A extinção do FIP OTP CRB resultou no reconhecimento de um ganho contábil, o que elevou a base de cálculo do IRPJ e da CSLL e gerou a constituição de tributos a pagar.

**16. Arrendamento mercantil operacional**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>16.443</b>	<b>15.417</b>	<b>16.443</b>	<b>15.417</b>
Amortização	(734)	(722)	(734)	(722)
Ajuste a valor presente	1.865	1.748	1.865	1.748
<b>Saldo final</b>	<b>17.574</b>	<b>16.443</b>	<b>17.574</b>	<b>16.443</b>
Passivo circulante	1.616	675	1.616	675
Passivo não circulante	15.958	15.768	15.958	15.768
<b>Saldo final</b>	<b>17.574</b>	<b>16.443</b>	<b>17.574</b>	<b>16.443</b>

O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual monta em 11,58%.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões trabalhistas	266	978	284	978
Provisões tributárias		1		20
<b>Passivo não circulante</b>	<b>266</b>	<b>979</b>	<b>284</b>	<b>998</b>

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente.

### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas empresas controladas possuem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 6.188 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 7.624).

## 18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Novonor	-	127.499.078	-	59,39%
OTP H	214.666.816	-	100,00%	-
BNDES Participações S.A.	-	22.767.693	-	10,61%
FI-FGTS	-	64.400.045	-	30,00%
<b>Total</b>	<b>214.666.816</b>	<b>214.666.816</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### b) Ajustes de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>28.044</b>	<b>31.513</b>
Ganho e perda de variação de percentual de participação (*)	(80)	(3.469)
<b>Saldo final</b>	<b>27.964</b>	<b>28.044</b>

(\*) Decorre de alterações de percentual de participação na Agrovía.

### c) Destinação do resultado do exercício

Em 29 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a destinação dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para a conta de prejuízos acumulados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19. Gastos por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Classificadas por natureza:</b>				
Depreciação e amortização	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.294)
Gastos com pessoal (*)	(11.227)	(6.876)	(11.228)	(7.355)
Serviços de terceiros	(2.694)	(3.720)	(10.289)	(7.413)
Outras receitas e despesas	11	197	57	466
<b>Total</b>	<b>(15.194)</b>	<b>(11.683)</b>	<b>(22.744)</b>	<b>(15.596)</b>
<b>Classificadas por função</b>				
Gerais e administrativas	(15.205)	(11.880)	(22.802)	(16.062)
Outras receitas e despesas, líquidas	11	197	58	466
<b>Total</b>	<b>(15.194)</b>	<b>(11.683)</b>	<b>(22.744)</b>	<b>(15.596)</b>

(\*) Conforme mencionado na nota explicativa no 10 (ii), o aumento em gastos com pessoal, deve-se ao pagamento de PLR referentes aos ciclos de 2023 e 2024 e ao desligamento de um Diretor Estatutário.

**20. Resultado financeiro, líquido**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas com juros	18.388	16.370	20.606	19.961
Variações monetárias	450	276	581	349
Ajuste de valor justo (Nota 7)	-	-	-	70.648
Outras	-	-	486	2
<b>Total</b>	<b>18.838</b>	<b>16.646</b>	<b>21.673</b>	<b>90.960</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente	(1.865)	(1.748)	(1.614)	(1.748)
Despesas com juros	(227.289)	(168.219)	(227.428)	(168.362)
Outros	(1.194)	(774)	(4.495)	(1.920)
<b>Total</b>	<b>(230.348)</b>	<b>(170.741)</b>	<b>(233.537)</b>	<b>(172.030)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(211.510)</b>	<b>(154.095)</b>	<b>(211.864)</b>	<b>(81.070)</b>

**21. Prejuízo por ação - consolidado**

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias</b>	<b>(253.550)</b>	<b>(108.358)</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
<b>Prejuízo por ação (em reais)</b>	<b>(1,18)</b>	<b>(0,50)</b>

## **22. Eventos subsequentes**

Em 12 de janeiro de 2026, a Companhia passou a ser controlada indiretamente pela OTP H e diretamente pela OTP Participações S.A. (“OTP P”).

No contexto do processo de transição para a transferência integral das operações da SuperVia ao Poder Concedente ou para um terceiro, em 10 de fevereiro de 2026 foi realizado, perante a Vara da Recuperação Judicial, o procedimento licitatório destinado à transferência das operações, tendo o juízo homologado a participação do único interessado, o Consórcio Nova Via Mobilidade. Em 25 de fevereiro de 2026, em audiência, o mesmo juízo declarou oficialmente o referido consórcio como vencedor da licitação, homologando o processo de alienação da Unidade Produtiva Isolada Ferroviária (UPI).

\* \* \*